



Boletim
maio.2006.147
Edição Electrónica

Municípios recusam ser “bode expiatório” de erros

Em declarações que tiveram tanto de inopinadas quanto de inoportunas, o Ministro das Finanças terá defendido, durante uma Conferência no Algarve, sanções para as autarquias que ultrapassem os limites de endividamento e das despesas com pessoal.

Estranhando o tom, o sítio e o sentido de oportunidade do Ministro, o Presidente da ANMP reagiria, desafiando Teixeira Santos, por um lado, a divulgar qual a percentagem do défice público que é da responsabilidade do Poder local, por outro, a discutir directamente com a ANMP os problemas que entende haver a resolver com os Municípios, quadro seguramente bem mais ético do que fazê-lo através da comunicação social.

Fernando Ruas, que classificou as declarações como inadmissíveis, sublinharia que “há cada vez mais solicitações” para que cooperemos com o Governo, e é inquestionável que a Administração Central está, crescentemente, a contratualizar tarefas com os Municípios.

O que aumenta as despesas das autarquias resulta, em grande maioria, dos protocolos “celebrados com os diversos ministérios”, de que são exemplo, disse, a educação musical, o ensino do inglês, a educação física, os transportes escolares, o pré-escolar, a acção social, a criação de gabinetes florestais, a protecção civil”.

E se o Senhor Ministro não se entender previamente com os seus colegas de Governo, então os Municípios podem ter de ponderar a suspensão das contratualizações... E quanto ao endividamento, o Senhor Ministro sabe, porque a Lei do Orçamento de Estado é da sua responsabilidade, que os Municípios não podem aumentar o seu endividamento. Já que qualquer contrato de financiamento tem que ter, forçosamente, o visto do Tribunal de Contas, que não o concederá se os Municípios não estiverem dentro das regras vertidas naquela legislação.

Olhando para as declarações como um sinal de incapacidade do Governo para controlar as contas do Estado, o Presidente da ANMP enfatizaria que, “perante a incapacidade de controlar o défice público, o Ministro das Finanças resolveu arranjar um “bode expiatório”, e voltou-se para as autarquias”.

Mas os Municípios recusam ser, não admitem ser considerados “bode expiatório” de erros alheios...



Municípios recusam ser
“bode expiatório” de erros

Municípios exigem
Princípio da reciprocidade
na venda de património do
Estado

Programa Nacional de
Actividade Física

Presidente da República
recebeu Municípios
Portugueses

Encerramento de serviços
de saúde deve ser
fundamentada em estudos

Celebrar 30 Anos de Poder
Local Democrático
respeitar o passado, mas
perspectivar o futuro

Transporte colectivo de
crianças viu estabelecidas
novas medidas

Para além do Plano
Nacional Municípios
continuam empenhados na
defesa da floresta contra
incêndios

Eleitos Locais Protocolo do
Estado e legitimidade
eleitoral

Lembretes...

Acordo com a Sport TV
Municípios podem
proporcionar visionamento
público do mundial

Revisão do Código
Políticos não devem
beneficiar de medidas
penais excepcionais

Legiferando

[anterior](#) | [início](#)